

# Cabral insistirá em 4 anos para Sarney

O relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Bernardo Cabral (PMDB-AM) revelou, ontem, que no seu primeiro parecer perante a comissão deverá optar pelo mandato de quatro anos para o presidente Sarney, levando em consideração que esse foi o período fixado na "Comissão Temática, competente para definir a questão — a da Organização dos Poderes e Sistemas de governo".

Apesar dessa opção inicial pelos quatro anos, Bernardo Cabral admitiu que, após o debate da matéria no plenário, poderá ter outra posição, porque então lhe caberá apresentar um substitutivo, sem a obrigação, nesse texto, de manter, necessariamente, os pontos definidos pelas Comissões Temáticas.

O deputado amazense também reafirmou sua posição favorável ao Parlamentarismo, observando que, como defensor desse sistema, entende que todos os ministros devem ser passíveis de moção de desconfiança — inclusive os ministros militares. Ressalvou, porém, que "numa primeira fase", proporia a exceção para os ministros militares, passando a regra a ser adotada a partir do segundo governo parlamentarista, caso a Constituinte opte por esse sistema.



Bernardo Cabral (PMDB-AM)

O relator da Comissão de Sistematização esquivou-se de antecipar posições pessoais em relação ao Poder Judiciário, mas fez questão de registrar como uma das inovações do parecer do deputado Egidio Ferreira Lima, na Comissão de Organização dos Poderes, o dispositivo que fixa em 12 anos o mandato dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Bernardo Cabral observou ainda que, diante da complexidade do processo de elaboração constitucional, ele terá de manifestar-se em seis ocasiões, devendo apresentar seu primeiro parecer, perante a Comis-

são, no próximo dia 26. No dia 28 abre-se prazo para a apresentação de emendas ao seu trabalho e até o dia 15 de julho ele deverá apresentar o segundo parecer. Depois, tal parecer ficará em discussão no plenário da Constituinte até 25 de agosto, período em que também serão apresentadas emendas.

Até a redação final, prevista para agosto, será completado o total de seis manifestações do relator da Comissão de Sistematização. Para elaborar seus pareceres, Bernardo Cabral contará com a colaboração de oito relatores auxiliares, grupo em que predominam os parlamentares de inclinação "conservadora". A relação inclui os senadores Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado; José Inácio (PMDB-ES), Wilson Martins (PMDB-MS), Virgílio Távora (vice-líder do PDS) e os deputados Nilson Gibson (PMDB-PE, ex-vice-líder da Arena), Sandra Cavalcante (PFL-RJ), Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC, relator-geral da Constituição de 1967) e Joaquim Beviláqua (PTB-SP).

Segundo Bernardo Cabral, esses relatores auxiliares serão designados para o exame dos diferentes capítulos de acordo com as "afinidades" de cada um.

## Covas busca a definição de pareceres

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, vai-se reunir, hoje, isoladamente, com todos os relatores das Comissões Temáticas para definir o texto final dos seus pareceres. Os relatores apresentaram um anteprojeto, que foram emendados, resultando num segundo texto, igualmente modificado, através de emendas. Na reunião de hoje, que contará também com a participação dos vice-líderes do PMDB na Constituinte, o senador Mário Covas vai examinar quais as propostas que têm condições de serem aprovadas.

Pessoalmente, o senador Mário Covas acha que será aceitável o produto final dos trabalhos das Comissões Temáticas, prevendo que as questões do tributo, da especulação urbana, da pena de morte e do aborto, deverão provocar as maiores polêmicas. O senador por São Paulo dedicou o final de semana a reuniões com os relatores do partido, os líderes Luis Henrique e Carlos Santana, além dos seus vice-líderes e o deputado Ulysses Guimarães.

Nessas conversas foram definidos alguns pontos que serão submetidos à votação no próximo final de semana, mas somente a partir da reunião de hoje é que se poderá ter uma ideia do texto dos relatórios que será submetido à votação.

O senador Mário Covas tem se dedicado a encontrar uma fórmula de sistema de governo que possa tramitar pela comissão encarregada do assunto, com vistas à preservação do poder do presidente da República, mas, simultaneamente, do equilíbrio da Câmara, porque é praticamente certo que o parlamentarismo será adotado nessa fase dos trabalhos.

Já em relação à duração do mandato do presidente José Sarney, segundo admitem os vice-líderes do senador Mário Covas na Constituinte, não existe nenhuma garantia. Como não existe uma diretriz partidária sobre o assunto, eles avaliam que a questão será definida no voto, segundo a posição de cada constituinte.

## Sistema Eleitoral

### Texto de Prisco omite prorrogação

A obrigatoriedade do voto, permanência da idade de 18 anos para o alistamento eleitoral, mandato de cinco anos para o presidente da República, inclusive do atual, e muitas dificuldades para a criação de partidos políticos, são os pontos de discordância do substitutivo que o deputado Prisco Viana apresentou na manhã de ontem à Comissão da Organização Política, Partidária e Sistema Eleitoral. Na última hora, em pleno domingo, o deputado baiano atendeu às ponderações do presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, e retirou a mais combatida das propostas que iria fazer: a prorrogação dos mandatos de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. Mesmo assim Prisco ainda deixou uma janela, criando um mandato tampão e a possibilidade de reeleição para quem assumir as prefeituras municipais em 1989.

O relatório e o substitutivo de Prisco Viana estão merecendo muitas críticas, principalmente dos setores mais progressistas. O deputado José Genoíno (PT-SP) disse que Prisco retroagiu em todas ou quase todas as medidas preconizadas pelos relatórios das subcomissões de Sistema Eleitoral e da Defesa e Garantias Constitucionais, para aproveitar o que existia de mais retrógrado, como o anteprojeto do deputado Ricardo Fiúza, que trata da questão das Forças Armadas.

Para Genoíno, a exigência do voto aos 18 anos, e obrigatório, mostram o espírito atrasado da proposta de Prisco, que ainda faz exigências para a criação de partidos, entre as quais a necessidade de uma votação de 5 por cento do eleitorado nacional em, pelo menos, cinco estados. "É mais rigoroso que a atual Lei Orgânica dos Partidos, que exige apenas três por cento", disse.

Aldo Arantes, do PCdoB, também discorda do anteprojeto e fez violento discurso contra as propostas de Prisco Viana. Para ele, a questão das exigências para criação de partidos, restrições a bancadas que não conseguem os cinco por cento da votação e a implantação do voto distrital, têm objetivos bem declarados contra os partidos de esquerda.

Agenda — Hoje será o último dia para apresentação de emendas ao substitutivo. Amanhã, o relator Prisco Viana começa a analisar as novas emendas sugeridas. A discussão e votação devem começar no dia 12.

## Parlamentarismo já, quer Chaves

O senador Leite Chaves (PMDB/PR) deverá apresentar emenda à Constituição "que institui na União o sistema parlamentar de governo e faculta sua adoção pelos estados e municípios". A emenda será apresentada em sessão conjunta do Congresso Nacional, na semana que vem, terça-feira, dia 16.

Leite Chaves justifica sua emenda, dizendo que há quase um consenso nacional de que será parlamentarista o próximo sistema de governo do Brasil. Em seu entender, é refletindo tal realidade, as pesquisas mostram essa tendência por grande margem de votos entre os constituintes.

Diz o senador que "também não foi outra razão, que o denominado projeto Afonso Arinos, resultante do esforço de uma seleta comissão constituída pelo presidente da República, chegou a igual conclusão". O trabalho elaborado apresenta grandes novidades para a futura Constituição.

## Relatores entram em choque

O deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) assegurou ontem que a competência para fixar o mandato do atual e dos futuros presidentes da República é da Comissão de Sistema de Governo e não da Comissão do Sistema Eleitoral. Como relator da primeira Comissão, o deputado definiu o mandato de Sarney em quatro anos, mas o relator do Sistema Eleitoral, deputado Prisco Viana (PMDB-BA), também decidiu tratar do assunto no seu substitutivo estabelecendo cinco anos para o presidente. A proposta de Egidio vai encontrar forte resistência, na Comissão, por parte do grupo "Centro Democrático". O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), relator do Regimento Interno da Constituinte, também entende que a atribuição de fixar o mandato presidencial cabe à Comissão de Sistema de Governo. Segundo o Regimento, a Comissão de Sistematização compatibilizará as matérias aprovadas nas Comissões

Temáticas na elaboração do anteprojeto.

Egidio Ferreira Lima explicou ontem que o fato dele ter fixado o mandato presidencial no seu substitutivo traz para o leito normal, que é a Constituinte, a discussão do tema. Ele acha que Sarney "mediocrizou" o assunto a partir de sua fala impondo cinco anos para o seu governo. "O grande mérito da minha proposta é o de repor a questão em discussão". O relator acha que a fixação do mandato em quatro anos foi uma solução técnica que ele encontrou sem recorrer a nenhum expediente casuístico, mas baseado no que representa um governo de transição como o atual.

"Vivemos uma transição para a democracia longa e deteriorante. Tão demorada que, iniciada a partir do governo general Ernesto Geisel, já se arrasta por 13 longos anos. Tão inusitada e lenta, que a história dos povos não oferece precedente", justifica o deputado em seu substitutivo.

## Santana duvida de aprovação

O líder do governo na Câmara (e informalmente na Constituinte), deputado Carlos Santana (PMDB-BA), não acredita na aprovação do parecer do relator Egidio Ferreira Lima, na Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, preconizando o parlamentarismo puro. "Será um fator de crise" — disse o líder governista.

Santana participou de reunião na residência oficial de Ulysses Guimarães, domingo, com Mário Covas, Egidio Ferreira Lima e outros líderes do PMDB. Na ocasião, foi muito discutido o trabalho do relator, que deverá ser alterado mediante negociações.

O líder do governo mostrou ao relator e ao senador Mário Covas que dificilmente deixaria de provocar o presidente, depois de eleito por maioria absoluta (mais de 30 milhões de votos), em eleições diretas, abrir mão de seu poder para o primeiro-ministro eleito pelo Congresso Nacional. No parecer de

Egidio Ferreira Lima, o primeiro-ministro seria o chefe de governo e o presidente, o chefe de Estado.

"Seria crise na certa. Vamos supor que a eleição presidencial direta ocorra em 1989. Há boa probabilidade disso. Em 1990, poderia acontecer, o presidente, com base no seu respaldo popular, não iria aceitar a escolha, pelo Congresso, do primeiro-ministro com atribuições de chefe de governo, aprovado pela eventual maioria parlamentar. Como abrir mão do poder conquistado nas urnas, aceitando ser figura quase decorativa, de chefe de Estado?" — indagou Santana.

Deixou claro o líder que o sistema parlamentarista, como propôs Egidio Ferreira Lima, geraria crises político-institucionais, ao invés de limitá-las ao âmbito parlamentar. "Não tem sentido o presidente eleito pelo voto direto ter seus poderes reduzidos, com o crescimento do primeiro-ministro, escolhido pelo Congresso" — insistiu Santana.

## Garantias Individuais

# Insatisfeitos ameaçam Bisol com destituição

O senador José Bisol (PMDB-RS) está sendo ameaçado, por constituintes da ala conservadora, de ser destituído do cargo de relator da Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. O tom progressista empregado pelo relator no substitutivo preliminar encontrou forte resistência junto ao "grupo dos trinta e dois", que pretende forçar de qualquer maneira a rejeição na íntegra de todo o texto constitucional elaborado pelo senador Bisol.

"Não existe base legal para me derrubar, mas sim uma tática de agressão à pessoa do relator para criar confusão e bagunça em razão do dispositivo que trata da propriedade", frisou José Bisol. O deputado Farabulini Júnior (PTB-SP) replica que "ele (Bisol) pode dizer o que bem entender, pois o que importa é o voto, e nisto estamos com a maioria".

O senador Bisol, insistindo em denunciar "articulação da direita reacionária" com vista a alterar a questão da propriedade, ressaltou que "a história se incumbirá de registrar quem ajudou e quem atrapalhou os

avanços da Constituição". O substitutivo, segundo o senador, recebeu o aval de todas as lideranças do PMDB, "o que não deixa de ser salutar", disse.

O deputado Farabulini Júnior (PTB-SP) esclareceu que a intenção do "grupo dos trinta e dois" é lutar contra a licenciosidade, contra a incompostura e a inidoneidade da publicidade. Adiante, revelou que a proposta de perda da propriedade em favor do Estado por uso impróprio ou abaixo das suas potencialidades "é inaceitável". Ele frisou que o autor não entende nada de economia ao imputar o domínio das empresas ao Estado. Bisol rebate ao afirmar que em face da relevância do relatório "a minha pessoa é tão pouco relevante que não discuto agressões, mas que as idéias faço questão de debatê-las até a exaustão".

Agenda — Termina hoje às 20 horas o prazo de entrega das emendas ao substitutivo preliminar. As 9h30 minutos e 17 horas estão programadas reuniões para discussão do substitutivo, inclusive com o deputado Amaral Netto (PDS/RJ) programando para o final da tarde um ato em defesa da pena de morte.

## Educação/Cultura

### Távola prevê que censura deve acabar

"É proibido proibir". Com esta frase, o relator da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, deputado Artur da Távola (PMDB RJ), justificou a manutenção de proibição de censura a qualquer espécie de manifestação artística ou cultural, no substitutivo do anteprojeto da Comissão concluído na madrugada de ontem. A liberdade de expressão fica assegurada, bem como a criação, produção, circulação e difusão da arte e da cultura. Ao estado, caberá informar o público sobre a natureza, conteúdo e adequação da faixa etária. No caso da televisão, permanece como hoje: indicação de horário e faixa etária.

No entanto, os estados, municípios e Distrito Federal ficam autorizados a criar conselhos de ética, vinculados aos poderes Legislativo e Executivo, compostos por membros da sociedade, com a finalidade não de proibir, mas de informar sobre a natureza e o conteúdo do espetáculo de diversões públicas.

O deputado Antônio de Jesus (PMDB-GO), acha que tais conselhos terão atribuições restritas, por não possuir nenhum poder de decisão. "Parece mais uma tentativa de se iludir a opinião pública, dando falsa impressão que a sociedade está agindo democraticamente". Outro membro da Comissão, a deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF), elogiou o substitutivo, sobretudo no capítulo referente à cultura. "Na legislação vigente" — afirma — "existe um único artigo tratando do tema".

Um dos principais pontos de avanço do substitutivo refere-se à extensão do conceito de patrimônio cultural brasileiro, assim como punição para quem provocar danos e ameaças, ao patrimônio e ação popular no caso de omissão do Estado na proteção do patrimônio.

Agenda — A Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, reúne-se às 10 horas no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, para a apresentação do parecer e do substitutivo do relator, deputado Artur da Távola (PMDB-RJ).